

TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

DUPLICATA SEM ACEITE

COMERCIANTE — TÍTULO EXECUTIVO - INADIMPLÊNCIA - PEDIDO DE FALÊNCIA

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE
....., sociedade civil estabelecida à rua nº, conjunto nesta capital, inscrita no CNPJ
sob o nº, por seu advogado ao final assinado (procuração em anexo), vem, respeitosamente, à
presença de V. Exa. requerer: FALÊNCIA Em face de, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no
CNPJ sob o nº, com sede nesta Comarca de, na a rua, nº, e o faz pelos
seguintes fatos e fundamentos de direito. A requerente tem por objeto a atividade de fornecimento de vales
refeição conforme atesta seu contrato social. No exercício de sua empresa adquiriu o crédito representado
por uma duplicata sacada contra, no respectivo valor R\$ (.....). A requerente é,
portanto, credora da requerida pela importância de R\$ (.....), representada pela duplicata abaixo
relacionada, vencida e devidamente protestada (título anexo e respectivo instrumento de protesto).
DUPLICATA VALOR VENCIMENTO Dup. nº R\$ /././..... Total R\$
..... O valor atualizado do débito, acrescido de juros de mora de 0,5% ao mês até o Janeiro corrente e
despesas de protesto, é de R\$ (.....), conforme demonstrativo abaixo: Demonstrativo: Valor
corrigido pela média da poupança e IPC/IGPM até/..... R\$ Juros de mora de 0,5% /mês
..... R\$ Despesa de protesto R\$ TOTAL..... R\$ No
vencimento do respectivo título, a requerida não cumpriu sua obrigação, razão pela qual aquele foi
devidamente protestado. Acompanha o título o respectivo instrumento de protesto. Nos termos do art. 1º da
Lei de Fa lências, considera-se falido o comerciante que sem relevante razão de direito, não paga no
vencimento obrigação líquida, constante de título que legitime ação executiva. De acordo com o art. 585,
inciso I, do Código de Processo Civil Brasileiro, a duplicata é título executivo extrajudicial. Nestas condições,
com fundamento no art. 1º da Lei de Falência requer seja declarada a falência de, já suprimindo a
requerente as exigências do art. 9º, inciso III, letra "a" do mesmo diploma legal. Requer ainda, a citação da
requerida, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo legal, apresente a defesa que tiver, sob
pena de revelia. Para o ato de citação requer o benefício previsto o art. 172, § 2º do Código de Processo
Civil. Caso pretenda a requerida elidir a falência, ou mesmo efetuar o pagamento, sem apresentação de
defesa, deverão ser contados correção monetária, juros de mora, custas processuais, despesas de protesto
e honorários de advogado. Após, espera o prosseguimento do feito como de direito, até decisão final que
acolha o pedido deduzido. Requer caso entenda necessário este d. Juízo, produção de prova documental,
testemunhal, pericial e depoimento pessoal representante legal da requerida. Dá à ação o valor de R\$
..... (.....). Nestes Termos. Pede-se Deferimento Advogado